

COMPREENSÃO DAS VIOLÊNCIAS ESCOLARES NA EFETIVAÇÃO DO PROCESSO DE EXPERIÊNCIA A PARTIR DA EDUCAÇÃO FÍSICA INCLUSIVA

UNDERSTANDING SCHOOL VIOLENCE IN THE EFFECTIVENESS OF THE
EXPERIENCE PROCESS BASED ON INCLUSIVE PHYSICAL EDUCATION

Ravelli Henrique de Souza¹

<https://orcid.org/0000-0001-5706-9373>

Marta Regina Furlan²

<https://orcid.org/0000-0003-2146-2557>

Marcela Regina Mafra³

<https://orcid.org/0000-0002-1558-1747>

Resumo:

Compreende-se que as violências escolares são atitudes pressupostas de fenômenos determinados, como bullying e preconceito. Tais violências levam a danos morais e psicológicos nos sujeitos presentes na escola. Um fenômeno cultural que nos permite enxergar tais violências é o esporte a partir das aulas de Educação Física. Sendo assim, o prezado artigo dispõe como metodologia a revisão bibliográfica e usufrui do método dialético, tendo como objetivo principal compreender mecanismos de violência nas aulas de Educação Física a partir do processo de experiência com suporte metodológico em estudiosos da teoria crítica da sociedade, tais como Adorno (1995); Crochík (2015); Corrêa (2017) e pesquisadores que dialogam com a teoria e a educação. Assim sendo, ainda objetivamos caracterizar o bullying e o preconceito no contexto esportivo nas aulas de Educação Física e entender os mecanismos de violência e suas microrelações de poder; evidenciar a manipulação midiática acerca das violências no contexto educacional e defender a efetivação da Educação Inclusiva a partir do processo de experiência das subjetividades humanas, como caminhos a percorrer em direção ao processo de inclusão e integração no ambiente escolar, principalmente no que condiz às aulas de Educação Física. Por fim; apontaremos a experiência

¹ Universidade Estadual de Londrina (UEL) – Programa de Pós-Graduação em Educação – Mestre e Doutorando em Educação. Professor Pesquisador do Grupo de Pesquisa "GEPEITC - Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação, Infância e Teoria Crítica. Londrina/Paraná, Brasil.

² Universidade Estadual de Londrina (UEL) – Programa de Pós-Graduação em Educação – Professora Associada e Professora Avaliadora da Fundação Araucária de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Líder do Grupo de Pesquisa "GEPEITC - Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação, Infância e Teoria Crítica". Londrina/Paraná, Brasil.

³ Universidade Estadual de Londrina (UEL) – Programa de Pós-Graduação em Educação – Mestranda em Educação. Membro do Grupo de Pesquisa "GEPEITC - Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação, Infância e Teoria Crítica Londrina/Paraná, Brasil.

como um processo fundamental na luta e resistência contra as grandes e microviolências na instituição escolar.

Palavras-chave: bullying, educação física escolar, experiência; inclusão; violências.

Abstract:

It is understood that school violence is presupposed attitudes of certain phenomena, such as bullying and prejudice. Such violence leads to serious moral and psychological damage to the subjects present at the school. A cultural phenomenon that allows us to see such violence is sport from Physical Education classes. Therefore, the dear article, based on a bibliographic review and the dialectical method, aims to understand mechanisms of violence in Physical Education classes from the experience process with methodological support in scholars of critical theory of society, such as Adorno (1995); Crochik (2015); Corrêa (2017) and researchers who dialogue with theory and education. Therefore, we still aim to characterize bullying and prejudice in the sports context in Physical Education classes and to understand the mechanisms of violence and its micro power relations; to highlight the media manipulation about violence in the educational context and defend the effectiveness of Inclusive Education from the process of experience of human subjectivities, as paths to go towards the process of inclusion and integration in the school environment, especially in what concerns the classes of PE. Finally, we will point out the experience as a fundamental process in the fight and resistance against the great and micro violence in the school institution.

Keywords: bullying, school physical education, experience; inclusion; violence.

INTRODUÇÃO

A ausência de inclusão no ambiente escolar, principalmente nas aulas de Educação Física, se dá, especialmente, a partir dos ditames de Adorno (1995), pela ausência de experiência, ou seja, um mundo ilusório que trazemos como universo escolar em que aquilo que a essência a ser cultivada na aprendizagem, se perde em um vazio semi-formativo, uma vez que as subjetividades estudantis são desconsoladas a partir de determinadas violências, tais como: bullying e preconceito. É importante salientar que, durante o desdobrar do prezado artigo adotamos o termo “preconceito” no singular caracterizado por Crochik (2015), pois trata-se de uma categoria de poder que inclui subcategorias e, essas apontam os mais diversos tipos de preconceitos, em que evidenciaremos adentro da categoria, a questão do bullying.

Sendo assim, para compreendermos os fatores determinantes em relação aos movimentos de inclusão e integração na escola, precisamos entender sobre essas violências acometidas neste ambiente. Desta maneira, tem-se como problemática: como compreender os fenômenos bullying e preconceito nas aulas de Educação Física a partir da educação de caráter inclusivo?

A fim de responder a problemática, o objetivo principal do artigo torna-se, compreender mecanismos de violência nas aulas de Educação Física a partir do processo de experiência. Sendo assim, como objetivos específicos, têm-se: caracterizar o bullying e o preconceito no contexto esportivo nas aulas de Educação Física; entender os mecanismos de violência e suas microrelações de poder; evidenciar a manipulação midiática acerca das violências no contexto educacional e, defender a efetivação da educação inclusiva a partir do processo de experiência das subjetividades humanas no que concerne os pressupostos da teoria crítica da sociedade.

Na primeira sessão, iremos discorrer sobre dois conceitos-chave da violência escolar, sendo eles: o bullying e o preconceito, a partir das aulas de Educação Física nas etapas de ensino básico (educação infantil, ensino fundamental I e II, ensino médio) e educação de jovens e adultos (EJA). A partir do entendimento desses conceitos, partiremos para a segunda sessão realizando uma crítica sobre a manipulação midiática e a urgência ao entendimento do processo de microviolências no ambiente educacional. Por fim, na última sessão direcionaremos o processo de experiência como possibilidade de efetivação da Educação Física inclusiva e emancipatória.

Desta maneira, utilizaremos da revisão bibliográfica e do método dialético da teoria crítica da sociedade a partir dos pressupostos de Nobre (2004); em que nos faz entender o mundo na perspectiva do melhor que poderia ser, visando um mundo mais sensato e prudente a partir da análise teórica crítica e da prática categorizada como processo de experiência. Segundo o autor, a teoria crítica é uma expressão paradoxal constituída de hipóteses para compreender determinados fenômenos, que no caso de nosso estudo, pretende-se mostrar como as violências são, e também como funcionam; produzindo prognósticos a partir de construções significativas para a educação. Nesse sentido o primeiro caminho é opor a teoria à prática, sendo a última uma aplicação da teoria, em que demonstram como os princípios devem agir para moldar o mundo a partir da ausência do preconceito e/ou educação inclusiva. Desta maneira, nos amparamos nos estudos teóricos críticos de Adorno (1995); Crochík (2015); Corrêa (2017) e autores que dialogam com a presada teoria em relação a educação e as aulas de Educação Física no ambiente escolar.

Cabe ressaltar que, nossas reflexões se constroem criticamente por e para a educação em geral, então não priorizaremos anos escolares, mas a partir do método dialético e do esclarecimento, é sabido que as discussões devem ser realizadas destarte a infância. Em Agambem (2005, p. 7), o tempo de infância é entendido como ponto de partida para reflexões sobre a formação do sujeito em seu modo de pensar e agir.

A COMPREENSÃO DO BULLYING E PRECONCEITO ESCOLAR NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA A PARTIR DO FENÔMENO CULTURAL DENOMINADO ESPORTE

O preconceito e o bullying são formas de violência física e simbólica, associadas ao declínio da possibilidade de experimentar o outro e a si próprio (CROCHÍK, 2015); ou seja, a ausência do conhecimento de si e do outro, protagonizam a violência escolar referente ao bullying e ao preconceito.

Sobre os conceitos:

Há quem proponha entender um pelo outro, como Antunes e Zuin (2008), que defendem que bullying é um novo termo dado ao preconceito; fazem a crítica acertada à não redução desses fenômenos, quando tidos como naturais ou diretamente localizáveis, o que traz como consequência ações diretas, mas de superfície, não atingindo, assim, a necessária compreensão e, portanto, as adequadas formas de os combater (CROCHÍK, 2015, p. 30).

De acordo com Crochík (2015), mesmo que ambos os termos sejam categorizados como sinônimos, faz-se necessário distingui-los e centrá-los em relação à questão da experiência, tencionando-os para a área da Educação Física escolar, que, em sua práxis (relação entre a teoria e a prática), ainda reproduz ações que excluem os estudantes, como exemplo; nas aulas práticas

referentes ao eixo ‘esporte’, em que, frequentemente, ocorre a separação por gênero (masculino e feminino) e a exclusão de estudantes com dificuldades motoras e necessidades educacionais especiais. É preciso entender que em suas relações de poder, existe uma imprecisão do esporte, uma vez que:

O esporte é ambíguo: por um lado, ele pode ter um efeito contrário à barbárie e ao sadismo, por intermédio do fairplay, do cavalheirismo e do respeito pelo mais fraco. Por outro, em algumas de suas modalidades e procedimentos, ele pode promover a agressão, a brutalidade e o sadismo, principalmente no caso de espectadores, que pessoalmente não estão submetidos ao esforço e à disciplina do esporte; são aqueles que costumam gritar nos campos esportivos. É preciso analisar de uma maneira sistemática essa ambiguidade. Os resultados teriam que ser aplicados à vida esportiva na medida da influência da educação sobre a mesma (ADORNO, 1995, p. 126).

Com a ambiguidade esportiva, entende-se que a violência escolar não se dá apenas pelos docentes, mas também pelos discentes, que no caso dos esportes, escolhem seus times, muitas vezes, pautados por afinidade com seus colegas e em função daqueles que são considerados os “mais habilidosos”. A ausência de experiência para com todos os discentes leva estes a reproduzirem o preconceito, uma vez que, em uma sociedade na qual ainda predomina as violências provenientes da sociedade patriarcal, estudantes marginalizados, tais como transexuais e transgêneros; deficientes; negros; homossexuais; migrantes e gordos são tratados como objetos, ou seja; estranhos, sendo excluídos e/ou postos como última opção nessa relação de escolha. Cabe ressaltar aqui, que o termo *marginalização* se refere “a incorporar o alvo da discriminação, mas não o considerar plenamente membro do grupo” (CROCHÍK, 2015, p. 3).

Araújo (2015), aponta que o futebol feminino, especificamente, é uma das manifestações esportivas que mais sofre preconceito e discriminação no ambiente escolar, evidenciando a violência verbal e física, uma vez que, pelo pensamento hegemônico, “os meninos batem para machucar quando jogam com as meninas, para mostrarem que ‘isso não é coisa de mulher’” (ARAÚJO, 2015, p. 89). O preconceito se amplia, ainda em relação ao gênero, quando a autora explicita, a partir de conclusões de suas pesquisas, que as meninas (gênero feminino) também têm preconceito com outras meninas nas práticas de futebol, excluindo socialmente as praticantes, por medo, sexualização e generalização de meninas praticantes de futebol, considerando-as como homossexuais.

Cabe ressaltar que o esporte não possui gênero, é um direito de todos os estudantes da escola, independentemente de qual esporte se pratica, ou seja, não importa a identidade de gênero, todos os estudantes têm o direito a todas as práticas esportivas (ARAÚJO, 2015). O futebol é apenas um exemplo do preconceito estabelecido nas aulas de Educação Física, principalmente a partir do ensino fundamental, em que o estudante já possui sua personalidade formada. Porém a Educação Física, como uma área que estuda a linguagem corporal e o ser humano em movimento, também se depara com as mazelas dos preconceitos nos demais conteúdos propostos pela disciplina nas etapas de ensino da educação básica e no ensino de jovens e adultos (EJA).

Assim, é possível compreender o preconceito de maneira crítica, como um mecanismo que se refere a estereótipos, ideologias, atitudes hostis, medos, desejos, desprezos, expectativas e discriminações, sendo a última considerada uma ação equivalente ao próprio preconceito (CROCHÍK, 2015). Para tanto;

O preconceito é entendido, inicialmente, como resultado do processo de socialização que envolve as diferenças culturais e que é considerado como um mecanismo psíquico em relação à luta pela sobrevivência de seu objeto e às necessidades em que se encontram os sujeitos preconceituosos, “impossibilitados” de refletir sobre o objeto e o real, o que causa estranheza perante o objeto, levando-o a atitudes intolerantes. Sendo assim, é necessária uma conscientização por parte dos indivíduos, de respeito aos diferentes grupos sociais, para que as relações humanas não sejam baseadas na discriminação (SOUZA; SANTOS; OLIVEIRA, 2019, p. 5).

De acordo com os autores supracitados, fica claro que o preconceito na escola, é causado pelo estranhamento, pois dentro da lógica hegemônica; as atitudes, ao se deparar com aquele que foge da norma – ou seja, com aquele que não é igual a você, que é diferente aos olhos da sociedade patriarcal - são de estranhá-lo e tratá-lo com desprezo ou ignorância, a ponto de excluir tal sujeito, marginalizado apenas pelo fato de ser; ou seja, pela sua subjetividade humana.

No que se refere os apontamentos de Crochík (2015), o bullying, mesmo que considerado como sinônimo do preconceito, se desenvolve pela ação de indivíduos que se utilizam de algum ser humano como alvo; ou seja, intimida e provoca um sujeito específico, que não consegue reagir à violência imposta sobre a sua subjetividade, o seu corpo, visto que:

Os motivos mais frequentes que levam à prática do bullying são: chamar atenção, diversão, se sentir superior; conforme se pode notar não foi mencionada nenhuma necessidade individual, como o medo e a insegurança, que poderiam ser projetadas sobre o alvo, tal como, por vezes, ocorre no preconceito; as necessidades pessoais não são associadas com algo próprio que se quer negar, mas à possibilidade de se destacar, de se sentir superior, são mais próximas do que em psicanálise é nomeado de “narcisismo”, que indica pouca diferenciação individual (CROCHÍK, 2015, p. 39).

Pode-se entender com a citação de Crochík (2015) que os estudantes que observam a agressão e não interferem nela de maneira benéfica, ou aqueles que apoiam a agressão em silêncio, também protagonizam a efetivação do bullying no ambiente escolar. Uma vez que a neutralidade, na maioria das vezes, exprime consonância com o ocorrido.

Dessarte, no sistema do bullying, existem “os que agredem sem motivos, os que o apoiam, os que observam e têm medo e os agredidos” (CROCHÍK, 2015, p. 30), ainda que os motivos mais frequentes da prática de bullying no ambiente escolar sejam baseados na superioridade, na diversão e na necessidade de chamar atenção, mesmo que de maneira negativa.

Quem violenta cria uma barreira de superproteção, a ponto de ser caracterizado como sujeito dominante, já que a fragilidade é vista como um mecanismo de poder relacionado à submissão. Os indivíduos que obedecem a indivíduos autoritários estão aptos à violência, ao preconceito e ao bullying que compreende todas as formas de atitudes agressivas intencionais e repetidas (de maneira insistente e perturbadora), de modo que estas ocorrem sem uma motivação evidente e de forma velada, dentro de uma relação desigual de poder.

No âmbito escolar, o bullying se trata de uma defasagem no cenário educacional, e nas aulas de Educação Física, particularmente, não é diferente. Estudantes estão optando por não participar das aulas, que são vistas como atrativas e envolventes, porém essa negação nos faz refletir sobre o entendimento de que haja, presentemente, a prática do bullying.

Desse modo, é possível evidenciar que o mecanismo de poder denominado bullying nada mais é do que, um conjunto de violências físicas, simbólicas e sociais, que se caracteriza como um tipo de comportamento podendo causar danos inconversíveis em relação à saúde e à ausência do processo de humanização, em que a vítima passa a ser violentada física e psicologicamente, trazendo consigo os prejuízos psicológicos e sociais causados por estes atos.

Pode-se destacar que o bullying afeta toda a comunidade escolar, porém quem sofre os danos é a vítima, a partir de efeitos negativos que ultrapassam o período escolar, afetando a sua vida social e podendo resultar em introspecção, baixa autoestima, capacidade mínima de auto aceitação e auto expressão, desejo por morte, atitudes auto sabotadoras, ódio por si mesma (o), isolamento, baixo rendimento escolar e, principalmente, falta de vontade de ir à escola e participar das aulas; desenvolvendo muitas vezes quadros de depressão e ansiedade; podendo futuramente desencadear doenças de origem psicossomáticas. Há ainda, casos mais graves de alunos que trocam várias vezes de escola na ânsia de que os atos de bullying sessem, e, quando esses ainda permanecem; o educando não encontra outra saída e acaba por abandonar os estudos. Outros fatores, ainda piores, remetem-se a suicídios infanto-juvenil causados por bullying e preconceito.

Contudo, é imprescindível que nas aulas de Educação Física o professor possa proporcionar momentos para discutir, orientar e prevenir a respeito de atitudes e ações que levam a prática do bullying e do preconceito. Afinal de contas, “o professor precisa estar consciente de que é um líder em tempo integral em sala de aula [...]. O educador, como líder, tem que estar atento e de olhos abertos e ouvidos muito alertas [...] aos tipos de agressões e provocações” (MOREIRA, 2010, p. 182- 187).

Além disso, é importante que os demais professores e funcionários também desenvolvam estratégias para evitar esses atos, tais como: identificar quais são os alunos em risco, evitando que se tornem vítimas ou agressores; realizar atividades orientadas e socializadoras; identificar situações que possam provocar o aparecimento de comportamentos negativos; optar por mais de um horário de recreio, com o intuito de dividir o número de turmas; supervisionar a prática de atividades físicas que possam desencadear atitudes de agressividade; entre outras.

Sabemos que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9.394/96) assegura o direito a Educação para todos, de modo que traz em seu artigo 3º princípios que regem a igualdade, a liberdade, o pluralismo de ideias, o respeito a liberdade e a tolerância (BRASIL, 1996). No entanto, a inclusão e a integração escolar na disciplina de Educação Física não serão efetivadas a partir do processo de tolerância, já que o ato de tolerar remete a “suportar” uma pessoa, por ser obrigado a estar no mesmo ambiente que ela, uma vez que a educação, nas etapas básicas de ensino, é um direito obrigatório para estudantes. Por isso, é de suma importância combater por meio de conscientização às agressões promovidas através de atitudes de bullying e preconceito, pois:

Trata-se de um problema complexo e de causas múltiplas. Portanto, cada escola deve desenvolver sua própria estratégia para reduzi-lo. A única maneira de se combater o bullying é através da cooperação de todos os envolvidos: professores, funcionários, alunos e pais. As medidas tomadas pela escola para o controle do bullying e do preconceito, se bem aplicadas e envolvendo toda a comunidade escolar, contribuirão positivamente para a formação de costumes de não violência na sociedade (HAMZE, 2014, p. 1).

Consistindo em uma defasagem, não só escolar, mas social, a qual existe em diferentes meios em que há interação, a escola e os professores, principalmente nas aulas de Educação Física, precisam estar preparados para combater atitudes violentas e discriminatórias, que comprometem a subjetividade dos discentes. Com isso, salienta-se que, nas aulas de Educação Física, o bullying também é prejudicial em relação não somente aos aspectos físico, cognitivo, afetivo e social, mas também no processo de autoestima e na manutenção da qualidade de vida.

É preciso então, que os discentes, a partir do autogoverno; ou seja, do conhecimento de si e de seu próprio corpo, possam conhecer o outro pelo processo de experiência que permite a ausência do preconceito e do bullying escolar, sendo uma das possibilidades referentes ao processo de inclusão e integração na escola. Desta forma, faz-se necessário que o professor esteja preparado para lidar a todo momento com possíveis situações que possam provocar atitudes de preconceito e bullying através de capacitações e estudos que orientem e provoquem reflexões diante dos discursos culturais pré-existentes, de modo que estes possam ser desconstruídos a partir da conscientização do mal que o mesmo pode provocar na vida de outrem. É preciso ter empatia e saber respeitar as diferenças de cada um. Evidencia-se aqui, a necessidade de investimento na formação continuada a fim de expandir o conhecimento em relação a temática.

A escola é um ambiente em que o respeito deve sempre imperar, pois é nesse espaço que boa parte da formação do sujeito é construída; portanto, é importante que se assuma a responsabilidade de transmitir valores que possam assegurar e garantir um convívio sadio dentro e fora dos espaços escolares, para que de fato, aconteça as mudanças de pensamento e de atitudes. Toda via, nas aulas de Educação Física, essa mensagem precisa se fazer ainda mais presente, pois é inadmissível que atitudes discriminatórias afetem o desempenho, prática esportiva e o processo de aprendizagem dos discentes, assim ressaltamos que o diálogo é a melhor saída para conscientizar e instruir a respeito, contudo sabemos que esse desafio não é simples e fácil de ser superado; mas é preciso persistir; acreditar e buscar uma sociedade mais igualitária e justa, que respeita a dignidade humana, seus direitos e suas diversidades, oportunizando que todos se sintam parte integrante do meio em que vivem e estão inseridos.

MICROVIOLÊNCIAS E DELINQUÊNCIA QUALIFICADA A PARTIR DA SUBORDINAÇÃO MIDIÁTICA E SUAS CONFLUÊNCIAS COM A DESOBEDIÊNCIA NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA

A violência é um fenômeno prejudicial à docência e aos estudantes nas aulas de Educação Física, uma vez que os comportamentos infantis, juvenis e de adultos são configurados em múltiplas expressões do comportamento, que se manifestam, principalmente no caso da Educação Física, nas aulas práticas. Sendo assim, uma forma grave de violência que acontece na escola é o assédio moral proveniente do bullying (CORRÊA, 2017). O autor ainda explicita que a incidência do bullying no cotidiano escolar acontece por meio de comportamentos desobedientes, que desviam das regras escolares em relação ao respeito e aos direitos humanos, e decorrem, frequentemente, de comportamentos e de ações obsessivas, em que o agressor tende a perturbar o agredido repetidas vezes. Corrêa (2017) conceitua todo esse processo como “delinquência qualificada”.

No entanto, uma problemática a ser considerada na escola é o fato midiático posto na sociedade, uma vez que a mídia, a todo momento, pelos aparatos tecnológicos, principalmente pela

televisão e pela internet, demonstra casos de extrema violência ocorridos socialmente, como morte, estupro, espancamento, entre outros. Sendo praticamente inevitável acesso dos estudantes a partir da infância às novas tecnologias (OLIVEIRA, 2020).

As tecnologias para Adorno (1995), utilizam mecanismos de sedução para constituir uma consciência coisificada, em que a razão instrumental, por exemplo, a verdade sobre o esporte, é ocultado e/ou banalizado, o que causa tendências de regressão que não permitem a verdade sobre o fenômeno. Assim sendo, efetiva-se o que Linn (2006) caracteriza como o Jogo da sedução – poder do fetiche (manipular, por exemplo o esporte a partir de detalhes minimamente calculados para obter o prazer).

Assim, o professor tende a generalizar a violência escolar dispersando sua atenção dos pequenos atos de violências cometidos na escola (CORRÊA, 2017). Uma vez que na explosão do marketing digital e consumo midiático a verdade nunca pode ser omitida. Esse processo gera uma defasagem em relação à profissão docente e seu objetivo de ensino e aprendizagem quando voltado ao processo de humanização (OLIVEIRA, 2020).

Cria-se, assim, o processo de microviolências, em que os atos considerados não agravantes perante a lógica social usufruem de um sistema de poder numa tentativa de velar as violências acontecidas no ambiente escolar, como o bullying e o preconceito. Porém, tais microviolências causam o mesmo estrago que qualquer outro tipo de violência, uma vez que a vítima sofre danos severos em relação à sua subjetividade e aos fatores sociais e psicológicos.

A escola tornou-se, cada vez mais, um local de opressão diária, contínua e repetitiva em pequenos atos de violências que não ferem a lei da própria instituição, tais como “os empurrões, a falta de cortesia, os palavrões, as grosserias, a falta de respeito, a recusa em se desculpar por determinadas ações voluntárias ou involuntárias que tenham causado danos a outrem [...]” (CORRÊA, 2017, p. 69). Tais atos, na concepção de Corrêa (2017), causam um mal-estar nas aulas, tanto para quem sofre a violência quanto para quem a observa e não faz interferência no processo, como professores e estudantes. Tais fatores efetivam o fracasso escolar e a não concretização em relação ao objetivo pedagógico da escola no que condiz à formação do sujeito e ao convívio escolar.

Dessa maneira, a desobediência pode ser utilizada como uma ferramenta transformadora e benéfica de ensino e aprendizagem. O ato de desobedecer, muitas vezes, é encarado, socialmente, com olhares negativos, pois, dentro do padrão social normativo, as normas e as regras devem ser seguidas e respeitadas. Porém, quando essas normas aferem as subjetividades humanas e propagam o preconceito, o ato de desobedecer se torna viável. Por exemplo: o docente, na aula de Educação Física, separa estudantes por gênero (masculino e feminino), sendo que as meninas devem praticar handebol ou voleibol e os meninos, futebol ou futsal. Porém, a questão de gênero está relacionada à construção do sujeito social, e não às práticas esportivas.

Assim sendo, quando os docentes, a partir do processo de tomada de consciência, não aceitam que as aulas sejam separadas pela generificação da disciplina, desobedecem às normas hegemônicas, a fim de pensar a Educação Física como uma disciplina inclusiva, em que todos possuem o direito de participar das aulas de forma igualitária, uma vez que somos diferentes, mas com direitos iguais.

Afirmamos ainda, que é errôneo culpabilizar apenas a comunidade escolar pela efetivação da violência, do bullying e do preconceito, pois outro fator que corrobora o fracasso escolar em relação à violência na escola é a instituição familiar, que possui função fundamental na formação primária do sujeito em relação à ética e aos seus comportamentos. Segundo as conclusões de Corrêa (2017), os docentes se queixam muitas vezes sobre o “mau comportamento” dos estudantes em sala de aula, que praticam bullying até mesmo contra seus professores. Exalta-se, assim, uma ausência da instituição familiar em relação ao processo de civilização e formação do sujeito enquanto ser social.

Para além da sociedade familiar, a escola é entendida como a segunda instituição criada para educar os discentes e proporcionar a estes uma consciência crítica a partir do ensino e aprendizagem, para que possam estar preparados para a sua própria emancipação.

Sendo assim, o corpo docente, visto como figura de autoridade que forma cidadãos críticos, deve conhecer e problematizar, nas aulas, reflexões e questões acerca da violência escolar, do bullying e do preconceito, propiciando novos desafios aos estudantes e fazendo a escola repensar as práticas naturalizadas pela sociedade patriarcal. Dessa forma, em consonância com Corrêa (2017), cabe ao corpo escolar e à educação como um todo promover o processo formativo da experiência, a partir de contextos históricos e sociais, uma vez que a experiência priva o sujeito do preconceito, evitando práticas de violência e bullying escolar. Afirmamos então, apoiados em Adorno (1995) que educar contra barbárie é não naturalizar o conceito de violência uma vez que existe diversas violências, necessitando o debate sobre a temática a partir do processo de experiência indicando uma educação inclusiva que reconheça a pluralidade e as singularidades humanas e escolares.

O PROCESSO DE EXPERIÊNCIA COMO POSSIBILIDADE DE EFETIVAÇÃO DA EDUCAÇÃO FÍSICA INCLUSIVA

A experiência permite que seres humanos conheçam a si e ao outro, e não apenas caiam no processo empobrecido da tolerância, uma vez que tolerar é sinônimo de “suportar” o outro, o que vai contra o processo de experiência. O ato de tolerar é uma forma de manter mecanismos de poder velados a fim de ofuscar a experiência. Desta maneira, “A educação tem sentido unicamente como educação dirigida a uma autorreflexão crítica” (ADORNO, 1995, p. 120). Um sistema que proibi a experiência entre discentes na Educação Física é a competitividade, tendo em vista que, a disciplina em questão ao não assumir preceitos básicos, como de cooperação e interação, utiliza da competitividade para identificar ganhadores e perdedores de determinada prática esportiva ou conteúdo que utilize de rivalidade entre os discentes, assumindo um papel perturbador e discriminatório para quem perde, e de superioridade para os ‘vencedores’ da atividade.

De acordo com Benjamim (1989), o conceito de experiência nos permite pensar a respeito do preconceito associado a vivência, de modo que ao recordar o que já foi vivido, pode-se superar o preconceito; toda via Adorno (1995c) corrobora desta ideia, salientando que a experiência demanda certo tempo para que o sujeito possa usar da mesma para moldar e modificar sua ação humana socialmente e culturalmente, de modo a romper com os paradigmas patriarcais impostos pela sociedade. Assim, podemos dizer que a partir dessas indagações, as experiências acabam por ser pouco úteis quando queremos reparar ou mesmo desfazer o preconceito; haja vista que o sujeito

que pratica bullying e alimenta o preconceito não precisa necessariamente ter contato com o outro para que assim o faça.

Ao pensarmos a respeito das experiências promovidas no ambiente escolar, nos deparamos com a inquietação de que, para que as diferenças de cada sujeito se faça presente e se garantam em sociedade, é necessário discutir a respeito, de modo que a discussão possa avançar para medidas de aceitação daquilo que é visto como diferente, pois assim é possível desencadear manifestações em favor da solidariedade, da igualdade e do respeito mútuo; deixando para trás a agressividade irracional de “tolerar” outras formas de ser e se expressar, de “outros estilos de vida contrários aos que se convencionou, por escolha ou pseudoformação, como absolutamente verdadeiros” (SILVA, 2006, p. 431).

Dessarte, as aulas de Educação Física, em todas as etapas de ensino, devem partir do pressuposto de cooperação, e não de competição, uma vez que um dos objetivos dessa disciplina é tornar possível a compreensão das múltiplas possibilidades de movimento e das múltiplas configurações de corpo, além das diferenças entre saúde, qualidade de vida e estética, priorizando o paradigma do movimento humano a partir da intencionalidade operante, de experimentar os corpos e entendê-los como subjetivos, como diferentes e com direitos igualitários.

Sendo assim, as aulas, principalmente as de Educação Física, independentemente do eixo temático, não devem ser distribuídas por gêneros, para que todos experimentem as mesmas práticas; que os discentes conheçam e cooperem com seus colegas de classe, a fim de conhecê-los mais profundamente e de entender a totalidade do ser humano como um direito de todos.

A partir do conceito de experiência, podemos defender a educação como inclusiva e integradora, uma vez que o conceito de educação inclusiva, em tempos contemporâneos, ao contrário do que muitos pensam, não se expressa por intermédio apenas de discentes com necessidades especiais educacionais, mas também pela inclusão de todos os estudantes da escola, independentemente de gênero; sexualidade; cultura; raça; etnia; colorismo; deficiência; estética; religião; corpo; condição social; e, todos os demarcadores sociais delimitados pelo multiculturalismo.

Desta forma, deve-se assinalar, também, que a educação inclusiva não se volta, unicamente, às crianças com deficiências, mas para crianças de etnias minoritárias, mulheres – nos países que às excluem da educação –, meninos em situação de rua etc. (CROCHÍK et al., 2006, p. 57). Sendo que, conforme Andrade e Damasceno (2020) as práticas inclusivas requerem reflexão e integração, não são concebidas de um dia para o outro, mas de um processo que pressupõe a experiência a partir de um olhar integrador em relação aos aspectos sociais e de ensino e aprendizagem.

A educação inclusiva também pode ser chamada de educação integradora, uma vez que diz respeito ao desenvolvimento motor, social e afetivo dos estudantes com e sem necessidades educacionais especiais (deficiência). Logo é válido afirmar que esse modelo de educação não pode ser considerado danoso para os discentes da escola (CROCHÍK et al., 2006).

A implantação da educação integradora depende, além de fatores socioeconômicos, da formação continuada de professores e de sua tomada de decisão a respeito do ensino, uma vez que os estudantes devem ser tratados com direitos iguais, independentemente dos fatores sociais e

culturais. Ou seja, nesse tipo de educação, a rejeição não é efetivada. Por exemplo, a marginalização da pessoa com deficiência nas aulas de Educação Física, nas quais, no lugar do professor adaptar uma atividade para que o estudante possa praticá-la em conjunto com seus colegas que não possuem deficiência, o docente acaba criando uma atividade diferente, para que esse aluno com deficiência realize sozinho.

O exemplo citado anteriormente não pode acontecer de maneira alguma, uma vez que se deve efetivar a inclusão, que seria a efetivação de atividade para todos os discentes. Exemplificando com uma atividade em que, na sala de aula, existe um discente com cegueira (deficiência visual), então o professor realiza uma tarefa de percepção sensorial, na qual todos os estudantes colocam uma venda e devem realizar diferentes formas de saltar e arremessar bolas para o lance do basquete. Esse processo permite que os estudantes sem deficiência conheçam a realidade e as limitações do estudante com deficiência, efetivando, assim, o conhecimento do outro, que se consolida como um mecanismo de não aceitação do preconceito nas aulas de Educação Física.

Apesar das políticas de inclusão e integração nas aulas – tanto na disciplina de Educação Física quanto nas demais disciplinas que compõem a educação básica e o EJA – serem cada vez mais adotadas e postas em prática, ainda há vários obstáculos para a educação. Como no caso da deficiência, já que muitos profissionais partem da ideia de que o estudante com necessidades educacionais especiais deve estudar em uma escola apenas para pessoas com deficiência. Além de documentos normativos, como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), que determinam apenas alguns tipos de deficiências aprovadas para o ensino na Educação Básica, como deficiências físicas e intelectuais de comprometimento leve e/ou moderado (BRASIL, 1997).

Mesmo sendo considerada uma melhor forma de educação a todos os integrantes da escola,

Há obstáculos de diversas ordens à implantação da educação inclusiva: os culturais, os ideológicos, os financeiros, os educacionais, os institucionais e as possíveis resistências dos pais das crianças sem deficiência, mas as atitudes, principalmente dos professores e dos colegas sem deficiências, frente à inclusão das crianças com deficiência na escola parecem também ser variáveis importantes (CROCHÍK et al., 2009, p. 124).

Sendo assim, a maneira mais efetiva de quebrar tabus em relação à educação inclusiva e integradora é a partir do processo de experiência, de conhecimento das subjetividades humanas, fazendo necessária a inclusão escolar, em que, segundo apontam Giordano e Crochík (2015), nos documentos oficiais que regem a educação e no currículo escolar, a fim de garantir uma educação que assegure o direito de todos à escola e, principalmente, às aulas de Educação Física.

Cabe ressaltar, que o movimento de inclusão se pauta nas amplas configurações subjetivas dos sujeitos presentes na escola sendo necessário entender que “para consolidação de ambiências educativas mais democráticas e acolhedoras é pertinente compreender a orientação político-filosófica da inclusão, visto que a mesma é contrária a escola tradicional/integracionista que prevê um público estudantil padronizado” (ANDRADE, DAMASCENO, 2020, p. 214).

A fim de prever a consolidação da educação inclusiva, necessita-se ressignificar saberes e fazeres educacionais que envolvem a comunidade escolar a partir da autorreflexão da educação que já está imposta e da que queremos (integradora), sem idealizar discentes e docentes por suas

subjetividades e identidades, mas sim como sujeitos únicos e com direitos igualitários, valorizando a diferença escolar. Sendo assim, em concordância com Andrade e Damasceno (2020, p. 216) “o movimento inclusivo não se trata de mero modismo, visto que é fundamentado/legitimado por várias políticas públicas. Desse modo, temos o papel de descortinar preconceitos para protagonizar uma educação para emancipação”. Em concordâncias com os autores, tal educação, é fruto de um processo de democratização do ensino e aprendizagem legitimado por políticas públicas a fim de efetivar a emancipação humana proposta pela teoria crítica da sociedade.

Por fim, em concordância com Crochík et al. (2013), é preciso se relacionar com indivíduos independentemente de suas características sociais e culturais, ou como nas aulas de Educação Física, de seus desempenhos motores e intelectuais. Estudantes e professores da escola podem, a partir do processo de experiência e do governo de si, ajudar a promover a efetivação da educação inclusiva no ambiente educacional. Sendo assim, as práticas escolares que visam à integração estudantil precisam organizar um processo de relação da socialização com a aprendizagem a partir de trabalhos coletivos de cooperação, produzindo relações sociais que objetivam vencer dificuldades provenientes do preconceito.

CONCLUSÕES E IMPLICAÇÕES

Com a compreensão do texto desenvolvido, pode-se considerar que às grandes e microviolências, e os fenômenos; bullying e preconceito, são efetivados por estigmas impostos na sociedade. Porém, a perpetuação dos mesmos, é direcionada pela ausência do conhecimento da subjetividade de si e do outro, que constituem o protagonismo escolar estereotipado pela violência.

Nas aulas de Educação Física, um dos fenômenos que perpetua demasiadamente as violências, é o esporte em conjunto às aulas práticas, que cerceiam a disciplina, e perpetuam estereótipos a partir do gênero dos estudantes e exclusão das subjetividades, tais como, as com necessidades educacionais especiais. Sendo assim, foi possível entender que existe um caráter ambíguo na prática esportiva, uma vez que a violência também é utilizada pelos próprios estudantes e não só por docentes. Uma vez que o protagonismo da violência escolar se dá pela marginalização de subjetividades que não são tidas como ‘escolhas habilidosas’ para as práticas esportivas, mas sim como estranhas e ‘desengonçadas’ a partir de um olhar preconceituoso.

Concluimos também, que as violências não são executadas apenas pelos sujeitos ativos, uma vez que, os neutros e silenciosos também comungam da mesma, de maneira velada. Esse processo no ambiente escolar causa uma defasagem, uma vez que, discentes preferem faltar a escola do que sofrer violências como bullying e preconceito em relação às suas subjetividades.

Não podemos deixar de considerar, o efeito em que os aparatos tecnológicos possuem a partir da manipulação midiática que vende estereótipos ‘perfeitos’ a serem seguidos em relação a corporeidade e as subjetividades como um todo. Além de vender a prática esportiva como apenas saudável, utilizando da delinquência qualificada para velar o esporte.

É preciso enxergar no ambiente escolar, as microviolências, uma vez que as mesmas têm o mesmo potencial de aferir as subjetividades escolares, causando danos sociais e psicológicos nos estudantes. Desta maneira, é necessário que o corpo docente e a comunidade escolar trabalhem com o processo de humanização a partir da tomada de consciência a fim de promover a experiência entre os sujeitos das escolas, possuintes de direitos igualitários. Sendo necessário, realizar um

movimento de desobediência e crítica construtiva sobre os documentos que regem a educação escolar e as práticas disciplinadoras que excluem diversas subjetividades.

A partir da luta pela efetivação da educação inclusiva e/ou integradora, é possível, pelo processo de ensino e aprendizagem em prol do respeito pelas diversidades e pelas subjetividades humanas, possibilitarmos um ensino transformador, pautado na experiência, a fim de reduzir e combater o bullying, o preconceito e a violência no ambiente escolar.

As aulas de Educação Física, nas etapas de ensinamentos infantil, fundamental I e II, médio e no ensino de jovens e adultos (EJA), pela perspectiva da educação inclusiva, efetivam a disciplina como determinante na construção de jovens críticos, que visam à sua emancipação e ao exercício da cidadania a partir do respeito mútuo entre os estudantes, valorizando as diferentes subjetividades e diversidades humanas.

A subjetividade pode ser um mecanismo contra a si mesmo, quando por seu tempo de opressão sofrido, você quer oprimir, porém ela não pode ser negligenciada, sua condição social não é determinante. A subjetividade é o próprio indivíduo, o ser único, sua humanidade, que possui o seu próprio impacto em cada sujeito. Sendo assim, com a subjetividade conseguimos ir além do que está posto, podemos resistir, pois ela transforma causando possibilidades de mudanças a fim de se pensar um universo escolar inclusivo e integrativo, a partir do olhar para além dos fatos, pautados na criticidade e nos processos de humanização e emancipação humana.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior pelo fomento.

REFERÊNCIAS

ADORNO, T. L. W. Educação após Auschwitz. In: **Educação e Emancipação**. Trad. Wolfgang L. Maar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995 (p. 117-137).

ADORNO, T. W. **Educação – para quê?** In: ADORNO, T. W. Educação e emancipação. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1995c. p 139-154.

AGAMBEN, Giorgio. **Infância e história**: destruição da experiência e origem da história. Editora UFMG, 2005.

ARAÚJO, K. de T. **Representações sociais de estudantes do ensino médio sobre a prática do futebol por mulheres**: intersecções entre gênero, corpo e sexualidade. 218 f. 2015. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2015.

ANDRADE, P. F. D.; DAMASCENO, A. R. Novas Construções Sociais de Aprendizagens: Inclusão em educação para quê? **Educação em Foco**, [S. l.], v. 25, n. 3, 2020. DOI: 10.22195/2447-524620202532909. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/edufoco/article/view/32909>. Acesso em: 15 ago. 2022.

BENJAMIN, W. **Sobre alguns temas em Baudelaire**. In: BENJAMIN, W. Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo. São Paulo: Brasiliense, 1989.p. 103-149.

BRASIL. Lei Federal nº 9394/96 de 20 de dezembro de 1996. **Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Diário Oficial da União, v. 134, n. 248, 22 dez. 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.

BRASIL. **Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

CORRÊA, A. S. **(In) disciplina e bullying nas práticas escolares de diretores, coordenadores, docentes e alunos: uma análise à luz da teoria crítica**. 2017. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

CROCHÍK, J. L. **Formas de violência escolar: preconceito e bullying**. Movimento – Revista de Educação, Niterói, v. 3, p. 29-56, 2015.

CROCHÍK, J. L. et al. **Educação inclusiva: escolha e rejeição entre alunos**. Psicologia & Sociedade, [s. l.], v. 25, p. 174-184, 2013.

CROCHÍK, J. L. et al. **Preconceito e atitudes em relação à educação inclusiva**. Psicologia Argumento, Curitiba, v. 24, p. 55-70, 2006.

CROCHÍK, J. L. et al. **Relações entre preconceito, ideologia e atitudes frente à educação inclusiva**. Estudos de Psicologia. Campinas, v. 26, p. 123-132, 2009.

GIORDANO, R. C.; CROCHÍK, J. L. **Teoria crítica, formação, indivíduo e preconceito: um olhar sobre as escolas da Região Norte (PA/BR)**. Revista Inter-Ação, Goiânia, v. 40, p. 607-639, 2015.

HAMZE, Amélia. **Bullying escolar**. ABRAPIA. Disponível em: <http://educador.brasilecola.com/trabalho-docente/bullying-escolar.htm>. Acesso em: 10 de ago. de 2022.

LINN, Susan. **Crianças do consumo: a infância roubada**. São Paulo: Instituto Alana, 2006.

MOREIRA, Dirceu. **Transtorno do Assédio Moral Bullying**. Rio de Janeiro: Wk, 2010.

NOBRE, Marcos. **A teoria crítica**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2004.

OLIVEIRA, Marta Regina Furlan de. **O (in) evitável acesso das crianças às novas tecnologias: tessituras formativas em tempos atuais**. In: Mello, Diene Eire de (org.). Reflexões e experiências didáticas com tecnologias digitais. 1 ed. Editora Madrepérola: Londrina, PR, 2020 (p.218-234).

SOUZA, R. H. de; SANTOS, F. R. S. dos; OLIVEIRA, M. R. F. de. **Subjetividade e violência: do aprisionamento do preconceito à necessidade da experiência para uma educação inclusiva transformadora**. Revista Educação Online, Rio de Janeiro, v. 14, n. 30, p. 1-16, 2019.

SILVA, L. M. da. **O estranhamento causado pela deficiência: preconceito e experiência**. Revista Brasileira de Educação, v.11, n.33, p.424, set-dez 2006.